

A AMPRS e a Constituinte de 1988

José Antonio Paganella Boschi

A "Constituição cidadã" completou seus 33 anos de vigência e, mesmo em meio às tensões políticas ocasionais, ela continua garantindo os direitos e as liberdades fundamentais, a democracia, o Estado Democrático de Direito e o funcionamento das instituições brasileiras.

A AMPRS teve participação relevante na quadra histórica em que o Projeto de Constituição foi debatido e aprovado e como tive a honra de representá-la como seu presidente eleito e também como membro da COMISSÃO PRÓ-CONSTITUINTE formada pela CONAMP, atendi a convocação do colega Paulo N. Weschenfelder para escrever estas notas, com o propósito de ajudá-lo a perenizar a história da AMPRS nesse processo, por meio do livro comemorativo dos 80 anos de fundação.

Preciso dizer que a minha proximidade com a AMPRS ocorreria com o retorno a P. Alegre, no final da década de 70, quando pude testemunhar que, a despeito do regime então vigente, era cada vez forte e mais intenso o desejo da classe de aprimoramento do MP.

A esse tempo a AMPRS estava planejando a realização em Porto Alegre da 1ª Jornada Nacional do MP – que se realizaria em outubro de 1981 - para assinalar os 40 anos de sua fundação e como eu havia conhecido o Presidente Paulo Olímpio, quando era Promotor em Sarandi, terra de seu pai, de quem me tornara admirador e amigo, acabei aceitando o convite para ser o Secretário-geral desse evento. Foi pela mão de Paulo Olímpio que fui iniciado na atividade classista e serei sempre grato a ele pelas belas experiências que viveria nos anos seguintes.

Nesse evento de âmbito nacional, os Procuradores Gerais de outros Estados decidiram realizar a sua 1ª Conferência de Procuradores Gerais e também criar o Conselho Nacional de Procuradores Gerais, elegendo como seu primeiro Presidente o Dr. Mondercil Paulo de Moraes, Chefe do MP gaúcho.

Citei as Jornadas porque há consenso na classe de que as iniciativas da classe e dos Procuradores-Gerais acabariam influenciando enormemente na aprovação, poucos meses depois, da Lei Complementar n.º 40/81, que, em significativo giro histórico, viria a estruturar o MP e assegurar aos seus agentes prerrogativas e garantias indispensáveis ao pleno e independente exercício funcional.

Já com alguma experiência adquirida, em 1982, tive a honra de integrar a diretoria da AMPRS nos dois mandatos do saudoso Luiz Alberto Rocha e de acompanhar de perto a fundação em 1983 da Escola do Ministério Público¹ e, em 1986, a sanção da Lei 8.267 que substituiria o sistema de nomeações livres pelo sistema de escolha do Procurador-Geral por meio de lista tríplice formada pela classe.

Contaminado por essas conquistas e já familiarizado com as grandes questões do interesse do MP e da classe foi que decidi aceitar o desafio de concorrer à eleição para a Presidência da Associação em chapa formada com os colegas Voltaire Lima de Moraes, Rui Luiz Burin e Dirceu Pinto, estes dois últimos que nos deixaram muito cedo.

A campanha eleitoral foi intensa tendo percorrido milhares de quilômetros com os outros colegas candidatos, Antonio Paiva Hornung e Edson Magalhães, para debater as propostas de trabalho em seminários, reuniões de núcleos e lideranças do interior.

Sob a coordenação de Cláudio Brito, jornalista que recém havia sido aprovado no concurso, a AMPRS patrocinou debate dos candidatos pela TV local, de modo que o Rio Grande e não só os associados acabariam se inteirando das propostas e das aspirações do MP na constituinte já em fase inicial de instalação.

No âmbito estadual, a proposta era de defesa incondicional dos colegas agravados no exercício da função, de valorização cultural dos agentes do Ministério Público por meio de encontros, congressos, cursos, inclusive aos fins de semana e de democratização do acesso à Escola Superior do Ministério Público com a realização de cursos em cidades-polo do interior.

Inegavelmente, o mais importante compromisso assumido junto aos eleitores, como noticiado pelo *Réplica*, seria, por óbvio, o de atuação no âmbito da constituinte, como natural desdobramento de todos os movimentos realizados pela classe especialmente no passado mais recente visando aproveitar a oportunidade ímpar que se abria.

¹ A Associação criou uma comissão formada pelos Promotores Tupinambá Azevedo (que dirigia o GAPP da Procuradoria) e os Promotores Jorge Trindade, Sérgio Porto, Vladimir Giacomuzzi, Luiz Carlos Duarte e Mário Romera com incumbência de elaborar projeto de criação da Escola Superior do MP. O Projeto de Fundação seria aprovado e a Escola constituída a 30 de novembro de 1983. Lembro muito bem o dia em que, substituindo ocasionalmente o colega Rocha na Presidência, assinei o cheque para a constituição do patrimônio da novel Fundação, que cresceu rápido e exerceu desde sempre o papel fundamental na formação e na difusão da cultura jurídica e da ideologia de Ministério Público. O primeiro Diretor foi o Procurador Luiz Felipe de Azevedo Gomes, com quem mantinha excelente relacionamento e o qual admirava pela sua invejável cultura jurídica e vocação de apoiar, sempre, como adjunto do Corregedor, os colegas iniciantes na carreira, como aconteceu comigo.

A 21 de junho de 1986 os Procuradores-Gerais de Justiça – em seu 1º Encontro Nacional – mais os Presidentes das Associações do MP, haviam se reunido, discutido e aprovado a conhecida *Carta de Curitiba* (o texto está na internet) que constituía o primeiro anteprojeto de Ministério Público estruturado pela classe e que seria a base para as discussões futuras.

Por isso e diante da notícia de que a Constituinte seria instalada em fevereiro, a nova Diretoria da AMPERGS já em *janeiro de 1987*, ou seja, um mês após, cuidaria de organizar e realizar em Porto Alegre uma reunião da qual participaram colegas da Associação Paulista do MP e nessa reunião discutira em aprovaram uma "cartilha", que refletia os pontos fundamentais da Carta de Curitiba. O colega Hugo Nigro Mazzili registrou para a história os nomes dos participantes: “*Cássio Juvenal Faria, Hugo Nigro Mazzilli, José Emmanuel Burle Filho e Walter Paulo Sabella e gaúchos Agenor Casaril, José Antônio Paganella Boschi, Paulo Emílio Jenich Barbosa, Voltaire de Lima Moraes e Wladimir Giacomuzzi*”.²

Essa "cartilha" foi impressa e o passo seguinte, como lembra o próprio Mazzili, consistiu em distribuí-la aos Constituintes no mês seguinte (*fevereiro*), oportunidade em que a nova Diretoria começaria a resgatar a obrigação da campanha. Embalada pelo entusiasmo, a AMPERGS, na Reunião da CONAMP propôs a formação de Comissão Nacional para planejar e executar, de forma coordenada e concentrada, todas as atividades na Assembleia Constituinte, preservando-se, assim, a unidade do discurso e a coesão da classe.

A proposta foi aceita e nessa Comissão Pró-Constituinte participariam representantes de seis Estados, dentre eles o Rio Grande do Sul, conforme noticiaria o *Jornal Zero Hora*, com a seguinte manchete: “*ENCONTRO ACATA PROPOSTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO GAÚCHO*”³.

Os trabalhos começaram imediatamente sob a presidência e liderança de Araldo Dal Pozzo – que substituiria o colega Luiz Antonio Fleury, que seria mais tarde o Governador de São Paulo - tendo por base uma sala alugada no Hotel Bristol onde a CONAMP mantinha também reservas permanentes de apartamentos para alojamento dos membros da Diretoria e da Comissão recém-eleita.

² Ver MAZZILLI, Hugo Nigro. *A Carta de Curitiba*. Disponível em: <http://www.mazzilli.com.br/pages/informa/ccuritiba.pdf>. Acesso em 21 de dezembro de 2021, às 10h.

³ Zero Hora, Ed. de 23 de fevereiro de 1987.

Foi, portanto, por essas coisas do destino que pude participar desse momento marcante da carreira. Foram muitas e muitas viagens para Brasília, em geral acompanhado de promotores e procuradores igualmente empenhados na materialização dos nossos sonhos. Lembro-me muito bem das rotinas na preparação das Emendas (inclusive emendas sobre capítulos do interesse de outras categorias, para, possuímos moeda de troca quando das negociações), das análises dos Relatórios das Comissões Temáticas, das pesquisas, dos Pareceres e das réplicas por escrito entregues aos constituintes para subsidiá-los nas comissões ou nos debates em Plenário.

Era tamanha a quantidade de documentos a examinar, de emendas a redigir e de contatos a realizar com os constituintes, que era preciso, não raro, permanecermos confinados nos apartamentos do BRISTOL inclusive nos fins de semana.

Como destacado antes, a Comissão tinha como norte a Carta de Curitiba e, por isso, sempre que surgia alguma polêmica que implicava necessidade de negociar com representantes ou parlamentares que defendiam os interesses de outras categorias, os colegas dos Estados precisavam ser previamente consultados para respaldarem as decisões.

Bastavam os telefonemas aos coordenadores dos Núcleos das Associações de cada um dos Estados e tinha-se a posição dos colegas em tempo recorde. Nenhum encaminhamento pela Comissão pró-constituente acontecia sem esse cuidado, denotando, portanto, o alto grau da participação de todos os colegas brasileiros nesse processo.

Em depoimento a Gunter Axt, o historiador que escreveu uma das mais completas obras sobre a história da AMPRGS e do MP gaúcho, expliquei como havíamos formado aqui no Estado essa rede de consultas e de apoio a partir da divisão em dez zonas regionais que seriam posteriormente erigidas em sedes das coordenadorias de núcleos⁴.

Essa mesma estratégia que havia sido debatida na Comissão foi comentada em depoimento ao mesmo historiador Gunter Axt pelo promotor paulista Walter Sabella, um dos integrantes da equipe formada pelo presidente da CONAMP:

[...] As lideranças da CONAMP [...] fizeram um mapeamento cuidadoso de todos os constituintes, dedicando uma ficha para cada um. Em seguida, identificaram os promotores que teriam algum tipo de acesso aos mesmos, procurando imprimir um trabalho de convencimento das propostas

⁴ AXT, Gunter. *"De homem só a guardião da cidadania"*. História associativa e institucional do MP do RGS (1941-2001). Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

institucionais de fora para dentro: "com isso fomos fazendo um verdadeiro placar interno, de quem era contra, de quem era a favor; tínhamos uma visão muito clara disso. As ideias sobre o MP ganharam uma tal força dentro da Constituinte que a Carta de Curitiba ficou ultrapassada logo no começo. Nesse trabalho foram mobilizados os presidentes de associações ministeriais de todos os estados – sobre o relator de uma dada comissão, por exemplo, preferia-se que agisse o procurador geral e os representantes da classe do seu estado de origem, intermediando as propostas da CONAMP, pois assim a negociação era "mais doméstica"

O planejamento estratégico funcionou perfeitamente não só porque os Promotores e Procuradores se empenharam, com zelo, na execução das tarefas mas, também, porque em momento algum advogaram perante os constituintes quaisquer vantagens corporativa ou classista pois o que propugnavam, com demonstração de alto espírito público, era o apoio na definição do perfil de um novo Ministério Público autônomo e independente para que seus agentes, com prerrogativas e garantias, pudessem promover no mais amplo sentido a defesa dos altos interesses da sociedade.

As responsabilidades pelas decisões eram, portanto, sempre compartilhadas com os colegas do Brasil e por isso a aprovação do capítulo do MP na Constituição com a inestimável ajuda dos Parlamentares comprometidos com a nossa causa, foi resultado do esforço de todos indistintamente, em que pese a coordenação dos trabalhos por um grupo sediado na capital federal.

A vigília ao longo do processo constituinte também não podia nunca arrefecer, pois tudo o que era sólido podia desmanchar-se no ar em um átimo de segundo. Nada garantia que os acordos feitos não pudessem ser desfeitos ou modificados em Plenário.

Exemplifico com a lembrança da tarde em que a Constituinte se reuniria para em 1º turno votar o capítulo do MP. Nada havia que preocupasse, mas, no início das discussões em Plenário, todos tiveram o pressentimento de que algo de errado poderia acontecer em razão das pressões de última hora dos parlamentares que representavam outras categorias.

Foi graças à sensibilidade e o seu prestígio junto ao Presidente Ulisses Guimarães que o Deputado Ibsen Pinheiro conseguiu convencê-lo a suspender a sessão e abrir uma nova rodada de negociações para propiciar alternativas que impedissem prejuízos ao nosso Capítulo.

Esse fato foi noticiado pelo *Réplica*:

Na sexta-feira anterior, tudo parecia mais tranquilo, uma vez que o projeto elaborado a partir das emendas apresentadas e destacadas por vários parlamentares não tinha maiores resistências. Ninguém imaginava, no entanto, que os desdobramentos a partir dali tivessem a dimensão e as

consequências que já são do conhecimento da grande maioria. Submetido o texto à apreciação na sexta-feira, imediatamente os parlamentares levantaram inúmeras questões de ordem todos reclamando que a extensão e a complexidade da matéria exigiam um exame mais acurado, pois não podia admitir voto a capítulo da mais alta importância para o país, conhecendo-o minutos antes da decisão. O clima era adverso e todos nós sabíamos, especialmente diante do "quorum" não superior a 340 constituintes, pois precisamos de 280 para a aprovação, sob pena de permanecer o texto do Centrão, aprovado na noite de quinta-feira. O Ibsen...percebeu o risco e também foi para o microfone, dizendo que realmente a complexidade e extensão da matéria, o que muito ajudou o MP, como nós poderíamos ver depois, acolheu a proposição para que as lideranças fizessem uma reunião e, sobre o texto oriundo da fusão, insistissem na eventual celebração de acordo. Nós todos respiramos aliviados, preocupados, todavia, com certo "mal-estar" que a situação deixou pairando no ar. A sessão foi suspensa e as lideranças partidárias foram para a reunião. O deputado e colega Ibsen que fora designado pelo Senador Mário Covas para coordenar a votação em plenário pelo PMDF - uma vez que fora ele quem até ali conduzira os assuntos do MP [...] também foi para a reunião para "segurar as pontas". O que se viveu lá dentro, muito poucos realmente sabem. Todos puderam imaginar quando, já noite alta, o Ibsen voltou para seu gabinete, onde aguardávamos impacientes, absolutamente extenuado. O texto fora objeto do exame de todos os integrantes da reunião, artigo por artigo, parágrafo por parágrafo[...] e nessas condições recebeu os mais fortes ataques [...] como decorrência da equivocada apreciação ou compreensão da missão história do MP. Coadjuvado pelos deputados Plínio de Arruda Sampaio, paulista e Nelson Jobim, o Ibsen foi rebatendo uma a uma todas as colocações e, lentamente, as dificuldades foram sendo removidas. Do lado de fora da sala, a única coisa que conseguia acalmar um pouco o grupo de promotores era, paradoxalmente, a constatação da demora. Já haviam se passado mais de duas horas e isso evidenciava – como nós mais tarde concluiríamos – que os constituintes insistiam na negociação [...] Perto das 23 horas daquela segunda-feira, vimos a fumaça branca, e, por incrível que pareça, naquele clima que ora estamos procurando reproduzir, a filosofia da proposta permaneceu inalterada.

A matéria voltaria para a pauta da Assembleia Nacional Constituinte na tarde do dia seguinte e também lembro muito bem do esforço de todos junto aos gabinetes para trazer para o Plenário os parlamentares que nos apoiavam enquanto, novamente a pedido de Ibsen, o deputado Ulisses Guimarães "segurava a sessão", só declarando encerrada a verificação de quórum e abrindo imediatamente a votação no momento em que todos viram no Painel Eletrônico que estavam presentes 383 parlamentares.

Como também consta da matéria de *Réplica*:

Em nossas veias só corria adrenalina. Onde estávamos, na Tribuna de Honra, com mais de 30 companheiros, o silêncio era absoluto, para só ser rompido por uma estrondosa salva de palmas aos Constituintes, em meio ao choro camuflado, quando o painel eletrônico, no seu farfalhar típico, era inundado por dezenas e dezenas de lâmpadas verdes, indicando que a proposta deveria receber aprovação absoluta. E realmente não foi diferente, pois só 112 dos 383 constituintes é que votaram contra.

Anunciada pelo Presidente da Constituinte a aprovação do Capítulo do MP, os Promotores e Procuradores que acompanhavam a votação aplaudiram emocionadamente os parlamentares votantes, e, por estar gravado na memória e também deverá sê-lo na história, também lembro que nesse momento *os constituintes brasileiros volveram os olhos para as galerias e para a tribuna de honram donde provinham os aplausos e também bateram palmas para o Ministério Público!*

A aprovação dos textos não trazia a paz de criança dormindo, pois implicava em desdobramentos que determinavam atenção extrema. Era comum após as votações que membros da Comissão se deslocassem para o PRODASEN, a fim de acompanhar as impressões, pois não se descartava a hipótese de que, por algum motivo, algo pudesse sair errado.

Noite alta, lá eu estive para essa finalidade junto com Araldo, Burle, Walter Sabella, Elza Lugon, Eduardo Lucho Ferrão e com o próprio Ibsen quando foi publicado o 2º Anteprojeto de Constituição do relator Bernardo Cabral.

Lá também estive, com variação pequena dos companheiros, quando foram impressos os Relatórios Plínio de Arruda Sampaio, Egídio Ferreira Lima e Bernardo Cabral, como o *Réplica* também noticiaria. Felizmente em nenhum momento foi preciso intervir – embora estivéssemos prontos e com nossos representantes sempre a postos – se isso fosse necessário.

E foi assim, de sobressalto em sobressalto que os dias e os meses foram passando, mas sempre com a alma inundada pela esperança de que os constituintes atenderiam às expectativas da classe e da sociedade brasileira e que modernizariam o MP, inclusive o MP Federal, que estava agindo em faixa própria.

É certo que na história do MP os seus agentes sempre puderam atuar como independência e que com a dignidade do seu trabalho sempre mereceram o respeito das autoridades e da sociedade. Nada obstante a classe entendia que a Instituição não podia perder a oportunidade que se abria de inserir, com clareza, na Constituição, regras específicas sobre sua estrutura, representação, órgãos, atribuições, carreira, garantias e prerrogativas de seus agentes.

O ambiente era propício para o avanço inevitável. Aliás, no dia em que voltei para P. Alegre trazendo na mala o texto do 2º Anteprojeto Bernardo Cabral, que havia recebido da mãos de Ibsen poucas horas antes e que seria publicado pelo *Réplica*, eu já estava mais do que convencido de o nosso Capítulo seria necessariamente aprovado na Constituinte.

E foi isso o que aconteceu. O texto aprovado superou todas as expectativas. Em estudo comparado com dezenas de Constituições de Países estrangeiros eu não me deparei com nenhum outro modelo superior ao que foi escrito pelos constituintes brasileiros.

O entendimento foi uniforme entre os próprios Constituintes de que haviam consolidado o MP como órgão de Estado a serviço da sociedade e não a serviço dos Governos

Por Justiça, preciso registrar para a história o quanto foi decisiva, na Constituinte, a atuação do Promotor e constituinte Ibsen Pinheiro, infelizmente já falecido, seja no apoio operacional ao transformar o seu gabinete em base para a CONAMP, seja nas orientações, nos debates com os parlamentares, nos encaminhamentos das matérias, nas negociações com os representantes de outras categorias que recebavam o crescimento do MP.

Como também destacou o presidente da CONAMP, Araldo Dal Pozzo, em depoimento ao Memorial do MP:

O gabinete do Ibsen era a sede da CONAMP em Brasília. Ele é uma pessoa extremamente inteligente, possuidor de um raciocínio político-lógico e muito claro e muito agudo. Foi, realmente, quem arquitetou internamente toda a estratégia de defesa de nossas ideias. Nós tínhamos as ideias, porque, obviamente, não era o *métier* dele pensar no Ministério Público, mas as captava com muita facilidade, nos ajudando a "vender aquele peixe". Aliás, peixe difícil de vender, porque prometíamos fiscalização, controle, cadeia, artigos difíceis de se vender. Precisávamos ter muito engenho e arte para vender tais ideias.⁵

É imperioso que também fique registrado para a história da AMPRS o engajamento na nossa causa dos Deputados gaúchos Nelson Jobim, Victor Faccioni e Ivo Mainardi.

Eles, juntamente com os parlamentares de outros Estados igualmente comprometidos com a nossa causa, também franquearam seus gabinetes, assinaram Emendas, sugeriram estratégias de ação, participaram de negociações e defenderam nas Comissões e no Plenário as nossas proposições, isto é, estiveram o tempo todo na linha de frente da nossa batalha.

Ibsen, Jobim, Faccioni e Mainardi serão sempre credores do agradecimento da classe do MP pelo que fizeram para que o MP fosse alçado ao patamar de instituição do

⁵ Depoimento de Araldo Dal Pozzo, Presidente da CONAMP, a Gunter Axt e a Ricardo Vaz Seelig, em 7 de agosto de 2002, em São Paulo. In: AXT, Gunter. *De Homem só a Guardiã da Cidadania*, História Associativa e Institucional do Ministério Público do RGS (1941-2001), pág. 182.

Estado com sua autonomia administrativa e financeira, atribuições sem precedentes, garantias e prerrogativas aos seus membros para atuação independente.

Como destaquei anteriormente, em nível nacional, a classe foi liderada pelo eficiente, competente e brilhante Araldo Dal Pozzo, presidente da CONAMP e da Comissão Pró-Constituinte. Foi para mim um privilégio ter conhecido e trabalhado por quase dois na companhia desse ilustre Promotor, de quem me tornei amigo.

Dono de memória prodigiosa (era capaz de ouvir mais de 100 palavras e de repeti-las de bate pronto e na mesma sequência!), não havia Emenda, Relatório, Projeto ou texto legislativo que dissesse respeito ao MP que Araldo não conhecesse nos mínimos detalhes. Foi fundamental o papel de Araldo como nosso líder maior para que tudo acontecesse sem nenhum risco à coesão e à unidade nacional da classe do Ministério Público. Por razões de Justiça, seu nome deve figurar na galeria dos grandes personagens do MP.

Em Brasília, também foi extraordinária a participação em todo o processo do então promotor de Justiça gaúcho, Eduardo Lucho Ferrão, que havia sido cedido pelo MP para atuar no gabinete do Líder do PMDB, Mário Covas.

O colega Ferrão foi mais do que uma *interface* entre os membros da Comissão da CONAMP e os Constituintes integrantes dos mais diferentes blocos ou partidos, nos contatos antes das votações. Inteligente, hábil e sempre disponível, Ferrão também foi importantíssimo na definição de estratégias e na elaboração das minutas das Emendas que preparávamos para serem protocoladas pelos nossos representantes.

Em solo gaúcho, além de Voltaire, Burin e Dirceu Pinto, estes como membros da Diretoria da AMPERGS foram inúmeros os colegas que debateram nos Núcleos, viajaram e atuaram ao longo do processo. Eu gostaria de nominar e de destacar a atuação de todos e de cada um em particular. Mas não o farei, mesmo entristecido, apenas porque a memória e os anos com certeza me colocarão diante do elevado risco de cometer injustiças.

No último mês do meu mandato ainda pude entregar ao novo Presidente eleito, Voltaire de Lima Moraes, que, na condição de vice-presidente, havia sido partícipe de todos os esforços na constituinte, um projeto de capítulo de MP com vistas à Constituição Estadual.

O projeto, que foi publicado na íntegra pelo *Réplica*, resultara da fusão de dois anteprojetos, um elaborado pela nossa Associação e outro pela Associação Paulista do MP, tendo sido aprovado na reunião Plenária da Confederação Nacional do MP para

subsidiar as Associações Estaduais. A história desse novo e exitoso momento associativo, em nível estadual, certamente será contada pelo colega Voltaire nesse esforço contributivo destinado a reconstruir e a consolidar em Livro a fecunda história da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Por fim, devo dizer que serei sempre grato à AMPRS e aos associados pela oportunidade e honra que tive de representá-los. Serei sempre grato a Lauro Guimarães e Marco Aurélio de Oliveira Moreira, duas extraordinárias figuras que no último dia previsto para a posse no cargo, me abriram os olhos e me mostraram que estava errado na decisão que havia tomado de seguir outro projeto de vida!

Comecei em Espumoso, fui para Sarandi e fiquei a maior parte do tempo no interior como Promotor de Erechim. Em P. Alegre, por vários anos, fui Promotor da Vara do Júri e depois Procurador de Justiça classificado na 3ª. Câmara Criminal do TJRS.

Serei sempre grato e reconhecido à AMPERGS e ao Ministério Público porque foi ao longo da carreira como seu integrante que adquiri experiência e aprimorei minha formação jurídica, encerrando minha vida pública na Magistratura, com a mesma serenidade e independência em que atuei no MP., para iniciar o novo ciclo como advogado criminalista.

Não tenho arrependimentos de nada, salvo do que não pude realizar. Fui favorecido pelo destino e guardarei sempre no melhor dos quartos da alma as lembranças de tudo e desse tempo.